

# Banco Ribeirão Preto S.A.

**Demonstrações financeiras em**

**30 de junho de 2024**

## Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes	5
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	10
2 Apresentação das demonstrações financeiras	10
3 Descrição das principais políticas contábeis	12
4 Caixa e equivalente de caixa	15
5 Títulos e valores mobiliários	15
6 Instrumentos financeiros derivativos	17
7 Relações interfinanceiras	17
8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	18
9 Outros créditos	21
10 Ativos não financeiros mantidos para venda	21
11 Investimentos e participações em controladas	21
12 Imobilizado de uso	22
13 Depósitos e demais instrumentos financeiros	22
14 Obrigações por empréstimos e repasse	24
15 Outras obrigações	25
16 Imposto de renda e contribuição social	25
17 Contingências	26
18 Patrimônio líquido	27
19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	27
20 Transações com partes relacionadas	30
21 Outras despesas e receitas operacionais	31
22 Outras informações	31
23 Resultados não recorrentes	31
24 Eventos subsequentes	32



## Relatório da Administração

**Senhores acionistas, conselheiros e clientes:** Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. – BRP, encerradas em 30 de junho de 2024.

Ao longo deste primeiro semestre de 2024, os dados da economia brasileira mostraram que a atividade foi, inequivocamente, mais forte do que a média dos analistas esperavam. Essa dinâmica foi impulsionada por uma massa salarial recorde, fortes dados de emprego, estímulos fiscais decorrentes de aumento nas transferências governamentais (incluindo antecipação de precatórios e 13ª parcela de benefícios sociais) e ciclo positivo de crédito (com redução acumulada da Selic e maior apetite dos bancos). Como resultado, o PIB do 1º trimestre foi melhor do que o esperado, com destaque positivo para o consumo e investimentos.

No início do 2º trimestre a tônica mudou, a partir da revisão (para pior) das metas fiscais de 2025 e 2026, realizada em um momento ruim, de postergação das expectativas de cortes de juros nos EUA e uma crescente percepção das limitações de um ajuste fiscal brasileiro centralizado em receitas. O dissenso na reunião do Copom de maio agravou a percepção de risco e os temores de um Banco Central mais leniente sob o novo governo.

Não obstante os ruídos internos, a economia passou a apresentar um diagnóstico singular de indicadores conjunturais positivos (inflação abaixo das expectativas, recomposição de receitas fiscais, nível elevado de emprego, consumo e crédito fortes), mas com expectativas em deterioração, o que contribuiu para que o dólar encerrasse o semestre no elevado patamar de R\$ 5,56.

Na economia mundial, a China segue administrando e dissolvendo lentamente os problemas relacionados ao mercado imobiliário, enquanto realiza a transição para uma economia focada no consumo e nas indústrias de transformação energética e alta tecnologia (protagonizando inclusive o movimento mundial de elevação na produção e venda de veículos eletrificados). Sem prejuízo às demais indústrias, dada a sua gigantesca capacidade instalada, o país tem sido um importante driver de exportação de desinflação para o mundo.

Nos EUA, o semestre foi marcado pela volatilidade de ativos diante do movimento de reprecificação da curva de juros. Enquanto o FED observa uma inflação progredindo modestamente em direção à meta, e aguarda mais dados para obtenção de confiança de que este processo é sustentável, analistas reduziram as projeções de cortes de juros para este ano. Inicialmente, algumas projeções esperavam cortes em março. As previsões foram sendo postergadas diante de dados ainda fortes de atividade e emprego, mas que caminham para um melhor equilíbrio. Chegou-se a precificar apenas um corte no final deste ano, ou até mesmo nenhum corte. Esta reprecificação de expectativas foi o principal fator externo para um dólar mais apreciado.

O BRP continuou engajado nos pilares que sustentam o planejamento estratégico, focado incondicionalmente em atender as necessidades dos clientes, consolidando-se como um banco de serviços “tradicional” e tecnológico “Banking as a Service” (BaaS), possibilitando aumentar a sua capilaridade junto a cliente e parceiros, consolidando-se cada vez mais nos principais pilares do Banco Central do Brasil, Pix, Open Finance e DREX.

No projeto do Real Digital, no qual somos instituição líder do consórcio de bancos da ABBC – Associação Brasileira de Bancos, iniciamos as discussões da 2ª fase, onde a infraestrutura criada para o Piloto com Tecnologia de Registro Distribuído (DLT) passará a testar a implementação de “*smart contracts*” criados e geridos por terceiros participantes da plataforma.



No projeto do Open Finance, nos tornamos a 30ª ITP – Iniciador de Transação de Pagamento do País a possuir autorização para prestação do serviço. Nesse ambiente, o BRP passa a disponibilizar a funcionalidade que permite o comando de uma transação do Pix em qualquer instituição detentora de conta de depósito ou de pagamento.

Neste semestre de 2024, o BRP permanece em primeiro lugar na projeção do IPCA pelo Boletim Focus do BACEN. Além disso fomos agraciados pelo recebimento do prêmio pelo topo do Prisma Fiscal em duas categorias no ano de 2023, “Arrecadação das receitas Federais” e Receita Líquida do Governo Central”. As premiações do BRP são resultado da dedicação e trabalho de alta performance dos nossos especialistas, cuja missão é sempre manter o alto padrão dos serviços prestados, tanto para nossos clientes, quanto para a sociedade.

Acompanhando as iniciativas do regulador (Banco Central), iniciou neste semestre os projetos de duplicata escritural e recebíveis imobiliários junto a certificadoras, para oferecer produtos e serviços customizáveis aos seus clientes.

O BRP encerrou o primeiro semestre 2024 com um total de ativos de R\$ 1.668,16 milhões, com a carteira de crédito expandida (Empréstimos/Financiamentos, Fianças, CPRs, CRAs, CRIs, FIDCs, Debêntures e FIP) representando R\$ 1.133,11 milhões. A carteira expandida aumentou em aproximadamente 28% com relação a junho 2023. O BRP manteve alguns títulos privados classificados na carteira como mantidos até o vencimento e possui capacidade financeira para mantê-los. O lucro líquido do exercício foi de R\$ 15,45 milhões, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 236,25 milhões e o retorno sobre o patrimônio líquido anualizado, 14,00%.

O total de depósitos, contemplando os depósitos a vista, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras de Crédito Agronegócio (LCA) e Letras Financeiras (LF) somou R\$ 1.121,80 milhões.

Ao final do exercício, o BRP apresentou uma reserva de liquidez de R\$ 181,04 milhões demonstrando sua robusta capacidade de geração de caixa.

O índice de capital principal representou 15,7% dos ativos ponderados pelo risco, excedendo o mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, que é de 10,50% agregando o adicional de capital principal. Os relatórios detalhados sobre a estrutura de gerenciamento de capital, do risco operacional, de mercado, de liquidez e de crédito encontram-se disponíveis ao acesso público na matriz da instituição.

**Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes pela escolha do BRP, aos acionistas e conselheiros pelo apoio e confiança, bem como aos nossos colaboradores pela dedicação, fatores estes preponderantes para o desenvolvimento e crescimento do Banco Ribeirão Preto S.A.

Ribeirão Preto, 31 de julho de 2024.

## **A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

## Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco Ribeirão Preto S.A.

*Ribeirão Preto - SP*

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Ribeirão Preto S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

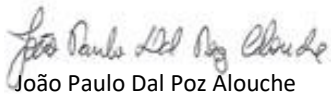
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de julho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador CRC 1SP245785/O-2

# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Balço patrimonial

Em milhares de reais

	Nota	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
<b>Ativo</b>			
<b>Disponibilidades</b>	4	13	15
<b>Instrumentos financeiros</b>			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	70.016	170.037
Títulos e valores mobiliários	5	723.999	651.112
Relações interfinanceiras	7	15.082	8.474
Operações de crédito - Setor privado	8	801.294	789.208
( - ) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(11.174)	(8.669)
( - ) Prêmio a diferir sobre Operações de crédito	8 (g)	(1.992)	(1.036)
Créditos a receber	22	18.970	17.543
Outros créditos	9	6.581	4.227
<b>Ativos fiscais diferidos</b>	16 (b)	15.340	17.200
<b>Ativos não financeiros mantidos para venda</b>	10	17.937	17.816
<b>( - ) Provisões para desvalorizações</b>	10	(2.043)	(2.043)
<b>Investimentos em participações em controladas</b>	11	12.298	11.088
<b>Imobilizado de uso</b>	12	3.128	3.103
<b>( - ) Depreciações acumuladas</b>	12	(1.289)	(1.061)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.668.160</b>	<b>1.677.013</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>			
Relações interfinanceiras	7 / 13	300.052	308.549
Depósitos	13	289.416	231.960
Recursos de aceites e emissão de títulos	13	596.984	567.946
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	14	234.523	326.481
<b>Outras obrigações</b>	15		
Sociais e estatutárias		3.864	3.579
Fiscais e previdenciárias		1.844	11.296
Diversas		5.225	5.370
<b>Total do passivo</b>		<b>1.431.908</b>	<b>1.455.181</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18		
<b>Capital social</b>		224.661	204.864
<b>Reserva legal</b>		773	1.131
<b>Reservas de lucros</b>		10.819	15.837
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>236.252</b>	<b>221.832</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.668.161</b>	<b>1.677.013</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Demonstração do resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Semestres findos em 30 de junho de	
	Nota	2024	2023
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		<b>105.435</b>	<b>93.952</b>
Operações de crédito	8 (f)	60.236	46.244
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5 (c)	48.549	47.287
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6	(3.349)	421
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(74.300)</b>	<b>(63.237)</b>
Operações de captação	13	(57.539)	(51.955)
Operações de empréstimos e repasses	14	(12.525)	(10.417)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8	(4.236)	(865)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>31.135</b>	<b>30.715</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>	21	<b>(13.743)</b>	<b>(13.059)</b>
Receitas de prestação de serviços		1.761	1.377
Despesas de pessoal		(6.644)	(6.280)
Outras despesas administrativas		(8.062)	(6.401)
Despesas tributárias		(1.799)	(1.685)
Outras receitas operacionais		5	5
Resultado de participação em controlada	11	996	(74)
<b>Resultado operacional</b>		<b>17.392</b>	<b>17.657</b>
<b>Resultado não operacional</b>	22	<b>1.231</b>	<b>1.534</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<b>18.623</b>	<b>19.191</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	16	<b>(1.768)</b>	<b>(8.236)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		92	(12.182)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(1.859)	3.946
<b>Participações no resultado</b>	22	<b>(1.400)</b>	<b>(1.298)</b>
<b>Lucro líquido no semestre / exercício</b>		<b>15.455</b>	<b>9.657</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Banco Ribeirão Preto S.A.

### Demonstração do resultado abrangente

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

	Semestres findos em 30 de junho de	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Resultado líquido do semestre / exercício	15.455	9.657
Itens que não serão reclassificados para o resultado	<u>-</u>	<u>-</u>
Total resultado abrangente do semestre / exercício	<u>15.455</u>	<u>9.657</u>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Reservas especiais de lucro		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>183.612</b>	-	<b>1.181</b>	<b>16.544</b>	-	<b>201.337</b>
Aumento de capital social	18	17.725		(1.181)	(16.544)		
Reversão JCP proposto 2022			3.527				3.527
Integralização JCP ao capital	18	3.527	(3.527)				
Atualização de títulos patrimoniais							
Pagamento aos acionistas							
Lucro líquido no semestre						9.657	9.657
Destinações:							
Reserva legal				483		(483)	
Juros sobre o capital próprio						(2.414)	(2.414)
Lucros a disposição dos acionistas					6.760	(6.760)	
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>18</b>	<b>204.864</b>	-	<b>483</b>	<b>6.760</b>		<b>212.107</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>204.864</b>	-	<b>1.131</b>	<b>15.837</b>	-	<b>221.832</b>
Aumento de capital social	18	16.968		(1.131)	(15.837)		
Reversão JCP proposto 2023			2.828				2.828
Integralização JCP ao capital	18	2.828	(2.828)				
Atualização de títulos patrimoniais							
Pagamento aos acionistas							
Lucro líquido no semestre						15.455	15.455
Destinações:	18						
Reserva legal	18			773		(773)	
Juros sobre o capital próprio						(3.864)	(3.864)
Lucros a disposição dos acionistas	18				10.819	(10.819)	
<b>Saldos em 30 de junho de 2024</b>		<b>224.661</b>	-	<b>773</b>	<b>10.819</b>	-	<b>236.252</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Ribeirão Preto S.A.

## Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>15.455</b>	<b>9.657</b>
Provisão para impostos sobre o lucro correntes e diferidos	1.768	8.236
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	4.236	865
Provisão para participações no resultado	1.400	1.298
Depreciações	228	260
Resultado de participação em controlada	(996)	74
Provisão para contingências	(244)	(360)
Resultados com investimentos	(1.419)	-
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(4.057)	(6.274)
<b>Varição em ativos e passivos</b>	<b>(14.998)</b>	<b>(8.501)</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	100.021	-
Títulos e valores mobiliários	(68.831)	(16.529)
Derivativos (ativo)	-	245
Relações interfinanceiras (ativo)	(6.609)	4.340
Operações de crédito	(12.861)	6.437
Créditos a receber	(1.427)	(47)
Outros créditos	(2.262)	(7.718)
Ativos não financeiros mantidos para venda	(121)	332
Relações interfinanceiras (passivo)	(8.497)	124.639
Depósitos	57.456	(80.384)
Recursos de aceites e emissão de títulos	29.039	41.129
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	(91.958)	(86.306)
Outras obrigações	(8.949)	13.105
Passivos fiscais diferidos	-	(7.744)
<b>Total variações</b>	<b>1.373</b>	<b>5.255</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.805)	(2.897)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais antes dos impostos</b>	<b>(1.805)</b>	<b>(2.897)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(432)</b>	<b>2.358</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento de dividendos de controladas	500	-
Recebimento de lucro de investida	705	-
Aquisição de investimentos	-	(1.588)
Adição de ativo imobilizado	(25)	(15)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>1.181</b>	<b>(1.602)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividade de financiamento</b>		
Pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas	(750)	(766)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(750)</b>	<b>(766)</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(2)</b>	<b>(10)</b>
<b>Modificações na posição financeira</b>		
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
No início do semestre	15	32
No fim do semestre	13	22
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(2)</b>	<b>(10)</b>

As notas explicativas da diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às Demonstrações Financeiras**

### **1 Contexto operacional**

O Banco Ribeirão Preto S.A. (“Banco” ou “BRP”), banco múltiplo, com sede na Avenida Presidente Vargas nº 2.121, 4º andar, iniciou suas atividades em 10 de abril de 1995 e tem por objetivo a prática de operações inerentes às carteiras comercial, crédito, financiamento, investimento e leasing. O Banco é controlado pela Varuna Investimentos Financeiras S.A.

O Banco tem por missão principal fomentar a intermediação financeira, colaborando assim com a promoção do desenvolvimento socioeconômico, atuando através de produtos e serviços financeiros e tecnológicos de altíssima qualidade que gerem impactos decisivos para o sucesso dos clientes. Isto tudo, trabalhando com agilidade, visando o relacionamento de longo prazo e criando valor para os clientes, colaboradores e acionistas.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pela Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela diretoria na sua gestão.

Em 12 de agosto de 2020, o BACEN emitiu a Resolução BCB nº 2, que consolida os critérios para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras pelas instituições de financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*.

Conforme Art. 23º da Resolução BCB nº 2/20 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, por entender que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável para o usuário.

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas com base no pressuposto de continuidade de suas operações e aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de julho de 2024.

#### **a. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

Vigentes a partir de 1º de julho de 2024:

- (i) Resolução BCB nº 352 de 23/11/2023 Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades corretoras de câmbio, pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a

evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

- (ii) Resolução BCB nº 356 de 28/11/2023 Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), de que tratam a Resolução CMN nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, e a Resolução BCB nº 200, de 11 de março de 2022. Vigente a partir de 01º de janeiro de 2025.
- (iii) Resolução BCB nº 395 de 26/06/2024, que altera as resoluções 319, de 18 de maio de 2023, 313, de 26 de abril de 2023, e 229, de 12 de maio de 2022, para promover a harmonia com a apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco - RWA relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação - RWADRC.
- (iv) Resolução CMN nº 5.146 de 26/6/2024, que altera a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
- (v) Instrução Normativa BCB nº 464 de 11/4/2024, que esclarece os critérios a serem observados na estimação dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que tratam a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023

A administração optou pela não adoção antecipada no que tange as novas atualizações emitidas, e até o presente momento não identificou possíveis impactos materiais.

#### Plano de implementação Res. 4.966/21

Em cumprimento ao disposto pela Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e outros normativos correlacionados, o BRP elaborou o Plano de Implementação da Regulamentação Contábil e dos impactos preliminares previstos pela mesma resolução.

Este plano engloba definição de equipe do projeto, estudo da regulamentação, montagem de cronograma em conjunto com fornecedores, bem como apresentação e aprovação em Diretoria e Conselho de administração.

O BRP está atuando junto aos grupos de trabalho da Associação Brasileira de Bancos (ABBC), fóruns específicos e em contato próximo e permanente com o prestador de serviço de tecnologia para monitoramento e discussão das principais mudanças e funcionalidades impactadas.

A instituição entende que as mudanças nos modelos de negócio e relação com produtos financeiros trarão impactos em toda esteira e processos internos, sendo necessária a revisão e readequação de políticas e controles, bem como reformulação do elenco de contas do COSIF.

O cronograma do Plano de Implementação prevê fases de testes e homologações durante o ano de 2024 para implantação e vigência a partir de 01º de janeiro de 2025.

O Conselho de Administração e Diretoria Executiva estão cientes e aprovaram o plano de implementação, considerando os impactos e mudanças contábeis, regulatórias, de risco e normas internas das implementações do proposto pela Resolução CMN nº 4.966/21, e estão empenhando esforços ao atendimento das melhores práticas, visando maior qualidade nas informações fornecidas aos usuários.

### **3 Descrição das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras do Banco são as seguintes:

#### **a. Moeda Funcional**

As informações financeiras do Banco Ribeirão Preto estão representadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Arredondada ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **b. Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)**

O registro contábil deve assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado no tempo. Quando identificada qualquer evidência de deterioração ou perda de valor, será reconhecida a desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Tais provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto em Resolução nº 4.924/21 de 1/1/22 e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01.

#### **c. Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira.

#### **d. Disponibilidades**

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações em depósitos interfinanceiros e em títulos de renda fixa livres, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor de mercado destes considerado insignificante. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### **e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, calculados “pro rata” dia, com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados.

#### **f. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros**

De acordo com a Circular do BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da diretoria em três categorias específicas:

- (i) **Negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são classificados no ativo circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Disponíveis para venda:** títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“*accrual*”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor de mercado ainda não realizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários; e
- (iii) **Mantidos até o vencimento:** títulos e valores mobiliários para os quais o banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores

mobiliários é efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observado os procedimentos estabelecidos pela Circular do BACEN nº 3.068/01.

**g. Mensuração do valor de mercado**

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela diretoria, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. De acordo com a Circular do BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da diretoria para fins ou não de proteção (hedge) e ajustados pelo valor de mercado com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, estes são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

**h. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração para fins ou não de proteção (hedge), seguindo as premissas da Circular BACEN nº 3.082/2002.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas, reconhecidas diretamente na demonstração de resultados.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

**i. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas “pro rata temporis” até a data do balanço. As receitas relativas às operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com os critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observados os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses e, desde que apresente atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e



controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

As renegociações de operações de crédito anteriormente baixadas contra provisão e que estavam em conta de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**j. Ativos não financeiros mantidos para venda**

Compostos basicamente por bens não destinados a uso, notadamente aqueles recebidos em dação de pagamento, cujo valor é ajustado ao seu valor de realização quando inferior ao saldo devedor da operação original.

**k. Investimento em participações em controladas**

O Banco possui participação societária em registradores e empresa cuja atividade compreende a assessoria e consultoria financeira. Os investimentos nas registradoras são feitos pelo valor justo e os investimentos na controlada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e foi, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo (Nota 11).

**l. Imobilizado de uso**

Demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada com base no método linear, considerando taxas anuais que contemplam a vida útil e econômica dos bens, como segue: máquinas, equipamentos, móveis e utensílios 4%; equipamentos de processamento de dados 20%; benfeitorias de 10% a 20%, pelo prazo máximo de nove anos.

**m. Passivos**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes despesas a apropriar, incluindo os encargos incorridos.

**n. Obrigações por empréstimos e repasses**

As obrigações por empréstimos e repasses são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

A provisão para imposto de renda corrente foi calculada pela alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro exercício excedente a R\$ 240. A provisão para contribuição social é constituída pela alíquota de 20% (2023 – 20%). Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e adições temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes na data base das demonstrações financeiras, considerando as suas perspectivas de recuperação, e estão registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo (Nota 16).

**p. Estimativas contábeis**

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a diretoria use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, substancialmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de

crédito, a provisão para desvalorização de certos ativos, a constituição e realização de imposto de renda diferido, a marcação a mercado dos instrumentos financeiros e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e as premissas mensalmente.

**q. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução do CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a BCB nº 319/22, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da diretoria, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Causas classificadas como perda possível são apenas divulgadas.
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

**4 Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e equivalente de caixa é constituído por:

	<b>30 de junho de 2024</b>	<b>31 de dezembro de 2023</b>
Caixa	9	2
Reserva livre	4	12
<b>Disponibilidades</b>	<b>13</b>	<b>15</b>
NTN - Notas do tesouro nacional	70.016	170.037
<b>Aplicação interfinanceira de liquidez</b>	<b>70.016</b>	<b>170.037</b>

**5 Títulos e valores mobiliários**

**a. Composição por classificação**

A carteira é composta por aplicações em títulos públicos mantidos para negociação, sendo livres ou vinculados à garantia de operações na B3, e privados, classificados em categoria de títulos mantidos para negociação, como debêntures, CRAs (certificados de recebíveis do agronegócio) e CRIs (certificados de

recebíveis do imobiliário) e mantidos até o vencimento, como os CDCAs (certificado de direitos creditórios do agronegócio) de pessoas jurídicas que exercem atividades voltadas para o agronegócio e CPRs (cédula de produto rural financeira) emitidas por produtores rurais.

	30 de junho de 2024			31 de dezembro de 2023	
	Custo amortizado	Ajuste ao valor de mercado	Valor contábil	Níveis hierárquicos de valor de mercado	Valor de contábil
LFT - Letras financeiras do tesouro	347.740	(109)	347.631	Nível 1	328.052
NTN - Nota do tesouro nacional	45.992	(392)	45.600	Nível 1	27.678
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	57.144	(712)	56.433	Nível 2	34.855
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	26.862	(202)	26.660	Nível 2	26.528
Debêntures	24.194	(561)	23.634	Nível 1	23.190
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	17.738	-	17.738	Nível 1	3.042
FIP - Fundos de Investimentos Privados	20.213	-	20.213	Nível 1	20.153
Nota Comercial	2.249	(11)	2.238	Nível 2	2.895
Compromissada títulos privados	-	-	-	Nível 1	4.299
Vinculados à prestação de garantias - LFT	4.034	5	4.039	Nível 1	5.794
<b>Total Títulos para negociação</b>	<b>546.168</b>	<b>(1.982)</b>	<b>544.186</b>		<b>476.485</b>
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	-	Nível 2	1.009
CPR - Cédula de produto rural	182.857	(3.044)	179.813	Nível 2	173.618
<b>Total Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>182.857</b>	<b>(3.044)</b>	<b>179.813</b>		<b>174.627</b>
<b>Total Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>729.025</b>	<b>(5.025)</b>	<b>723.999</b>		<b>651.112</b>

## b. Composição por vencimento

	30 de junho de 2024			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	351.670	351.670
NTN - Nota do tesouro nacional	-	-	45.600	45.600
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	1.110	55.322	56.433
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	26.660	26.660
Debêntures	-	-	23.634	23.634
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	17.738	17.738
FIP - Fundos de Investimentos Privados	-	-	20.213	20.213
Nota comercial	-	-	2.238	2.238
<b>Total Títulos para negociação</b>	<b>-</b>	<b>1.110</b>	<b>543.076</b>	<b>544.186</b>
CPR - Cédula de produto rural	29.156	119.060	31.597	179.813
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	-	-	-	-
<b>Total Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>29.156</b>	<b>119.060</b>	<b>31.597</b>	<b>179.813</b>
	<b>29.156</b>	<b>120.171</b>	<b>574.673</b>	<b>723.999</b>
<b>Total - Circulante</b>				<b>692.402</b>
<b>Total - Não circulante</b>				<b>31.597</b>

	31 de dezembro de 2023			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	333.846	333.846
NTN - Nota do tesouro nacional	-	27.678	-	27.678
CRA - Certificados de recebíveis agronegócios	-	3.595	31.260	34.855
CRI - Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	26.528	26.528
Debêntures	-	-	23.190	23.190
FIDC - Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios	-	-	3.042	3.042
FIP - Fundos de Investimentos Privados	-	-	20.153	20.153
Compromissada títulos privados	4.299	-	-	4.299
Nota comercial	-	-	2.895	2.895
<b>Total Títulos para negociação</b>	<b>4.299</b>	<b>31.273</b>	<b>440.913</b>	<b>476.485</b>
CPR - Cédula de produto rural	26.477	84.073	63.068	173.618
CDCA - Certificados de direitos creditórios de agronegócio	1.009	-	-	1.009
<b>Total Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>27.486</b>	<b>84.073</b>	<b>63.068</b>	<b>174.627</b>
	<b>31.785</b>	<b>115.346</b>	<b>503.981</b>	<b>651.112</b>
<b>Total - Circulante</b>				<b>588.044</b>
<b>Total - Não circulante</b>				<b>63.068</b>

**c. Resultado com títulos e valores mobiliários**

A rubrica “Receitas da intermediação financeira - Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”, no Demonstrativo de resultado, tem a composição abaixo:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2024	2023
Receita de juros - títulos públicos e privados	38.562	39.849
Operações compromissadas	5.930	1.165
Ajuste a valor de mercado	4.058	6.274
<b>Total Receitas de Operações com títulos e valores mobiliários</b>	<b>48.549</b>	<b>47.287</b>

**6 Instrumentos financeiros derivativos**

Os principais fatores de risco dos Instrumentos financeiros derivativos estão relacionados às taxas de câmbio e juros.

			30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
	Valor de referência (conta de compensação)	Valor a receber (a pagar)	Efeito líquido (resultado)	Valor contábil (patrimonial)
Posição ativa - Diferencial a receber				
Dólar futuro	26.625	-	(3.349)	-
	26.625	-	(3.349)	-

**7 Relações interfinanceiras**

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto pelas posições ativas e passivas distribuídas conforme abaixo:

	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
<b>Posições ativas</b>		
Pagamentos e recebimentos a liquidar	813	948
Depósitos no Banco Central - pagamento instantâneo	13.797	8.138
Correspondentes no país	472	335
	<b>15.082</b>	<b>8.474</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>15.082</b>	<b>8.474</b>
<b>Total - Não circulante</b>	-	-
<b>Posições passivas</b>		
LFT - Vinculados a compromisso de recompra	275.048	279.038
NTN - Vinculados a compromisso de recompra	25.004	25.010
Compromissada títulos privados	-	4.500
	<b>300.052</b>	<b>308.549</b>
<b>Total - Circulante</b>	<b>300.052</b>	<b>308.549</b>
<b>Total - Não circulante</b>	-	-

Saldo descritos na rubrica de “Depósitos no Banco Central – pagamento instantâneo” refere-se à parcela do saldo diário da conta de reserva para pagamentos instantâneos (SPI – Sistema de Pagamentos Instantâneos) para transações entre contas correntes instantâneas (Pix).

Compromissada com títulos privados refere-se à título dado como lastro para operação compromissada (Nota 5b).

## 8 Operações de crédito e Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

### a. Composição da carteira por modalidade de operação - Setor privado

	30 de junho de 2024			31 de dezembro de 2023		
	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil	Saldo	Provisão para perda esperada	Saldo contábil
Capital de giro	370.799	(7.152)	363.647	362.667	(4.499)	358.168
Repasse de recursos do terceiros (i)	236.126	(1.130)	234.996	257.364	(1.100)	256.264
Cessão de crédito imobiliário	61.330	(1.196)	60.134	36.657	(891)	35.766
Financiamento imobiliário	13.199	(437)	12.761	16.414	(940)	15.474
Conta garantida / Cheque especial	54.765	(313)	54.452	50.566	(395)	50.171
Crédito direto ao consumidor	26.863	(218)	26.645	28.676	(225)	28.452
Cédula de crédito a exportação	1.163	-	1.163	17.058	(160)	16.898
Crédito pessoal	6.462	(580)	5.881	7.198	(362)	6.836
Vendor	609	(5)	604	1.104	(8)	1.096
Home equity	-	-	-	146	(1)	145
Antecipação de recebíveis de cartão	23.123	(131)	22.992	11.357	(88)	11.269
Crédito rural de recursos livres	6.855	(12)	6.843	-	-	-
<b>Total</b>	<b>801.294</b>	<b>(11.174)</b>	<b>790.120</b>	<b>789.208</b>	<b>(8.669)</b>	<b>780.539</b>

(i) Saldo composto por operações de FUNCAFE (repasso do Ministério da Agricultura e Pecuária), BNDES e Finame (repasso do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

### b. Composição da carteira por faixa de vencimento - Setor privado

	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
Vencidas	1.447	19.989
A vencer até 90 dias	72.758	30.300
A vencer entre 91 e 360 dias	223.709	275.960
A vencer acima de 360 dias	503.380	462.960
<b>Total</b>	<b>801.294</b>	<b>789.208</b>

### c. Composição da carteira por setor de atividade - Setor privado

	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
Indústria	47.023	41.195
Comércio	276.967	313.277
Serviços	330.124	303.167
Pessoas físicas	147.180	131.570
<b>Total</b>	<b>801.294</b>	<b>789.208</b>

**d. Composição das exposições da carteira de crédito por indexador**

	30 de junho de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor	% sobre carteira total	Valor	% sobre carteira total
PRE	299.318	37,4%	311.432	39,5%
CDI	320.964	40,1%	352.694	44,7%
IGPM	46.890	5,9%	53.361	6,8%
IPCA	134.122	16,7%	71.721	9,1%
<b>Total</b>	<b>801.294</b>	<b>100%</b>	<b>789.208</b>	<b>100%</b>

**e. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>(8.669)</b>	<b>(16.980)</b>
Transferências para prejuízo	1.731	11.207
Constituição de provisão	(5.582)	(3.716)
Reversões de provisão	1.346	820
<b>Saldo final</b>	<b>(11.174)</b>	<b>(8.669)</b>

Em atendimento às Resoluções nºs 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é feito com base nos níveis de risco das operações de crédito. O risco da carteira e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estavam assim distribuídos:

Níveis de risco	30 de junho de 2024		Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	% conforme Res. 2682
	Curso normal	Atraso				
AA	172.314		172.314	21,50	0	
A	467.875	3.022	470.897	58,77	2.354	0,5
B	109.241	3.946	113.188	14,13	1.132	1
C	2.599	10.933	13.532	1,69	406	3
D	2.324	19.909	22.233	2,77	2.223	10
E	0	526	526	0,07	158	30
F	6.703	594	7.297	0,91	3.648	50
G	0	185	185	0,02	129	70
H	124	999	1.122	0,14	1.122	100
	<b>761.179</b>	<b>40.115</b>	<b>801.294</b>	<b>100,00</b>	<b>11.174</b>	

O valor de R\$ 40.115 (2023 - R\$ 15.572), apresentado na coluna atraso, é representado por saldos dos contratos com parcelas vencidas no final do primeiro semestre de 2024.

O montante renegociado da carteira de operações de crédito em 2024 foi de R\$ 51.129 (2023 – R\$51.993).

**31 de dezembro de 2023**

Níveis de risco			Total das operações	% de participação	Provisão para perdas esperadas associadas ao	% conforme Res. 2682
	Curso normal	Atraso			risco de crédito	
AA	185.398		185.398	23,49	0	
A	463.110	1.765	464.875	58,90	2.324	0,5
B	97.912	3.004	100.916	12,79	1.009	1
C	7.604	2.675	10.279	1,30	308	3
D	19.398	4.514	23.913	3,03	2.391	10
E	33	1.312	1.345	0,17	404	30
F	8	325	334	0,04	167	50
G	18	257	276	0,03	193	70
H	154	1.718	1.873	0,24	1.873	100
	<b>773.636</b>	<b>15.572</b>	<b>789.208</b>	<b>100,00</b>	<b>8.669</b>	

**f. Composição das receitas de operações de crédito**

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Receitas da intermediação financeira – Operações de crédito” é composta de rendas de operações de crédito, nos montantes descritos:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2024	2023
Rendas de operações de crédito	53.897	42.538
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	6.338	3.706
<b>Total Receitas de Operações de crédito</b>	<b>60.236</b>	<b>46.244</b>

**g. Cessão de crédito**

O BRP realizou no semestre operações de compra de carteira de crédito, do setor imobiliário. O saldo devedor em 30 de junho de 2024 dessas operações é de R\$28.069 (2023 – R\$ R\$9.687).

Sobre estas, foram auferidos ganhos no valor de R\$1.156 (2023– R\$122), referentes à diferença entre os saldos das operações à valor presente e o respectivo deságio proveniente da negociação da cessão, registrados na conta de “Prêmio a diferir sobre Operações de crédito”. Este saldo é diferido pelo prazo remanescente da carteira adquirida.

## 9 Outros créditos

	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
Imposto de renda e contribuição social pagos	1.805	-
Impostos a compensar		
IR	1.822	1.822
CSLL	1.398	1.398
* Outros impostos a compensar	134	134
* Depósitos judiciais	1.207	822
Outros (i)	215	51
<b>Total Outros créditos</b>	<b>6.581</b>	<b>4.227</b>
	<b>* Total - Circulante</b>	<b>3.270</b>
	<b>Total - Não circulante</b>	<b>956</b>

(i) O saldo demonstrado na rubrica “Outros” refere-se, substancialmente, à antecipação de despesa de serviços prestados de auditoria externa e ajuste diário dos instrumentos financeiros derivativos.

## 10 Ativos não financeiros mantidos para venda

Saldo composto por bens imóveis recebidos pelo Banco pela liquidação de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, cuja grande maioria é proveniente de operações de crédito imobiliário.

O Banco mantém esforços na venda e diluição desses ativos. A movimentação, quanto a adições e baixas do período, segue demonstrado no quadro a seguir:

	Ativos não financeiros mantidos para venda	( - ) Provisões para desvalorizações	Total
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>19.045</b>	<b>(2.043)</b>	<b>17.001</b>
(+) Adições / Entradas	1.151	-	1.151
(-) Baixas / Vendas	(2.379)	-	(2.379)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>17.816</b>	<b>(2.043)</b>	<b>15.773</b>
(+) Adições / Entradas	1.782	-	1.782
(-) Baixas / Vendas	(1.661)	-	(1.661)
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>	<b>17.937</b>	<b>(2.043)</b>	<b>15.894</b>
	<b>Total - Circulante</b>		<b>2.721</b>
	<b>Total - Não circulante</b>		<b>13.173</b>

O resultado das vendas desses bens está classificado na rubrica “Resultado não operacional” da demonstração do resultado, com montante no semestre de R\$ -157 (2023 – R\$243).

## 11 Investimentos e participações em controladas

	Participação no Capital (%)	Patrimônio Líquido (R\$)	Resultado Equivalência Patrimonial (R\$)	Valor Contábil 30 de junho de 2024	Participação no Capital (%) - 2023	Valor Contábil 31 de dezembro de 2023
BRP Assessoria	96,00%	1.765	996	1.695	96,00%	1.199
Nuclea S.A	0,5273%	2.010.021	-	10.598	0,53%	9.884
Outros investimentos			-	5		5
<b>Saldo total</b>			<b>996</b>	<b>12.298</b>		<b>11.088</b>

### a. Participações em controlada

O Banco possui investimento no montante na BRP Assessoria Ltda., que tem como principal atividade a prestação de serviços de consultoria e assessoria financeira.



Os lucros auferidos no semestre foram distribuídos aos quotistas conforme estatuto social, tendo o BRP recebido o montante de R\$ 500 da investida (2023 – R\$ 500).

**b. Outros investimentos**

O Banco possui outros investimentos que totalizam o montante de R\$ 12.293 (2023 - R\$ 9.889), que se referem, substancialmente, a participação na empresa Nuclea S/A. A investida distribuiu dividendos no semestre e o total recebido pelo Banco foi de R\$ 705 (2023 – R\$ 5.273).

Em 2023 a empresa Nuclea S/A incorporou as operações da registradora CRT4. A participação no BRP na registradora foi também incorporada à participação na Nuclea S/A.

**12 Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens.

	Taxa a.a.	Custo aquisição	Depreciação acumulada	Custo líquido de depreciação	
				30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
Móveis e equipamentos de uso	4%	109	(47)	62	51
Sistema de processamento de dados	20%	1.515	(866)	648	776
Benfeitorias e instalações	10% a 20%	1.503	(375)	1.129	1.215
<b>Saldo total</b>		<b>3.128</b>	<b>(1.289)</b>	<b>1.839</b>	<b>2.042</b>

**13 Depósitos e demais instrumentos financeiros**

**a. Composição por vencimento**

	Vencimento				30 de junho de 2024
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Depósitos</b>					
Depósito à vista	27.363	-	-	-	27.363
Depósito a prazo	-	846	6.833	254.374	262.054
	<b>27.363</b>	<b>846</b>	<b>6.833</b>	<b>254.374</b>	<b>289.416</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	300.052	-	-	-	300.052
	<b>300.052</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>300.052</b>
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	30.802	236.229	197.846	464.877
LF - Letra Financeira	-	64.512	62.287	5.309	132.107
	<b>-</b>	<b>95.313</b>	<b>298.515</b>	<b>203.156</b>	<b>596.984</b>
<b>Total</b>	<b>327.415</b>	<b>96.159</b>	<b>305.349</b>	<b>457.530</b>	<b>1.186.452</b>
<b>Circulante</b>					<b>728.923</b>
<b>Não circulante</b>					<b>457.530</b>

	Vencimento				31 de dezembro de 2023
	Sem vencimento	Até 90 dias	De 90 a 360 dias	Acima de 360 dias	
<b>Depósitos</b>					
Depósito à vista	34.115	-	-	-	34.115
Depósito a prazo	-	5.644	4.147	188.055	197.845
	<b>34.115</b>	<b>5.644</b>	<b>4.147</b>	<b>188.055</b>	<b>231.960</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>					
Vinculados a compromisso de revenda: LTN	308.549	-	-	-	308.549
	<b>308.549</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>308.549</b>
<b>Recursos de aceites e emissão de títulos</b>					
Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	-	32.036	113.732	297.839	443.607
LFG - Letra Financeira Garantida	-	-	119.320	5.018	124.339
	<b>-</b>	<b>32.036</b>	<b>233.053</b>	<b>302.857</b>	<b>567.946</b>
<b>Total</b>	<b>342.663</b>	<b>37.680</b>	<b>237.200</b>	<b>490.912</b>	<b>1.108.454</b>
Circulante					617.542
Não circulante					490.912

**b. Composição das exposições dos instrumentos de captação, por indexador (\*)**

	30 de junho de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor	% de alocação	Valor	% de alocação
CDI	835.105	97,2%	748.483	97,7%
IPCA	23.932	2,8%	17.308	2,3%
PRE	-	0,0%	-	0,0%
<b>Total captação</b>	<b>859.038</b>	<b>100%</b>	<b>765.791</b>	<b>100%</b>

(\*) exceto depósitos à vista e operações vinculadas à compromisso de revenda

O custo destes instrumentos de captação, está classificado no demonstrativo de resultado, na rubrica “Despesas da intermediação financeira - Operações de captação”, no montante de:

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2024	2023
Custo de instrumentos de captação	41.344	38.909
Custo operações compromissadas	15.785	12.704
Fundo Garantidor de Crédito	410	342
<b>Total Despesa Operações de captação</b>	<b>57.539</b>	<b>51.955</b>

**14 Obrigações por empréstimos e repasse**

	<b>Vencimento</b>			<b>30 de junho de 2024</b>
	<b>Até 90 dias</b>	<b>De 90 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	
Repasses do BNDES (i)	-	-	3.638	3.638
Repasses do FINAME (i)	-	506	61.885	62.391
Repasses FUNCAFÉ (ii)	42.971	93.282	32.241	168.494
<b>Total</b>	<b>42.971</b>	<b>93.788</b>	<b>97.764</b>	<b>234.523</b>

	<b>Vencimento</b>			<b>31 de dezembro de 2023</b>
	<b>Até 90 dias</b>	<b>De 90 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	
Repasses do BNDES (i)	-	-	3.219	3.219
Repasses do FINAME (i)	-	48	37.695	37.743
Repasses FUNCAFÉ (ii)	6.909	248.914	29.696	285.519
<b>Total</b>	<b>6.909</b>	<b>248.962</b>	<b>70.610</b>	<b>326.481</b>

- (i) Referem-se a repasses de recursos do BNDES/FINAME, com vencimento final até 2029, sobre as quais incide a Taxa de Longo Prazo (TLP), taxa fixa do BNDES (TFB), pré-fixada, taxa Selic e dólar (TFBD).
- (ii) Referem-se a repasses de recursos do FUNCAFE, sobre as quais incide taxa de juros aproximadamente de 8% a.a. (2023 – 8% a.a.) para os recursos liberados aos clientes e taxa Selic para os recursos ainda não liberados.

No demonstrativo de Resultado, a rubrica “Operações de empréstimos e repasses”, no valor total de R\$12.525 (2023 – R\$10.417), correspondem aos valores repassados pelos agentes financeiros na utilização de recursos direcionados, sendo, R\$7.149 (2023 – R\$6.353) para recursos do FUNCAFE repassados, R\$2.544 (2023 – R\$2.076) para recursos do FUNCAFE não repassados (remunerados à Selic) e R\$2.832 (2023 – R\$1.989) referente aos programas do BNDES/FINAME.

**15 Outras obrigações**

	<b>30 de junho de 2024</b>	<b>31 de dezembro de 2023</b>
<b>Sociais e estatutárias</b>		
Juros sobre capital próprio (Nota 18)	3.864	3.579
	<b>3.864</b>	<b>3.579</b>
<b>Fiscais e previdenciárias</b>		
IR / CSLL corrente a recolher	541	9.843
Encargos sobre folha de pagamento	744	757
Outros impostos a recolher	560	695
	<b>1.844</b>	<b>11.296</b>
<b>Diversas</b>		
Participações no resultado	1.400	1.750
Encargos trabalhistas	822	766
Provisões para contingências (Nota 17)	66	310
Outros	2.937	2.544
	<b>5.225</b>	<b>5.370</b>
	<b>2.288</b>	<b>2.826</b>
<b>Total - Circulante</b>		
<b>Total - Não circulante</b>	<b>2.937</b>	<b>2.544</b>

**16 Imposto de renda e contribuição social**

**a. Conciliação de alíquota**

	<b>Semestres findos em 30 de junho de</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Resultado antes dos impostos sobre lucros e participações	18.623	19.191
Despesas de participações no resultado - PLR	(1.400)	(1.298)
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>	<b>17.223</b>	<b>17.892</b>
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(4.132)	485
Adições (exclusões) temporárias, líquidas	(11.847)	8.770
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.244</b>	<b>27.147</b>
IRPJ (15%)	187	4.072
Adicional (10%)	112	2.703
Incentivos fiscais	(7)	(22)
IRPJ (25%)	292	6.753
CSLL (20%)	249	5.429
Ajuste Exercício Anterior	(632)	
<b>Total</b>	<b>(91)</b>	<b>12.183</b>

**b. Composição dos tributos diferidos**

	31 de dezembro de 2023	Constituição	Realização	30 de junho de 2024
<b>Créditos tributários</b>				
<b>IRPJ e CSLL diferido sobre:</b>				
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	11.150	2.512	(2.320)	11.342
Impairment de outros valores e bens	919			919
Provisão para contingências	140		(110)	30
Participações no resultado	788	787	(945)	630
Ajuste a mercado de títulos de valores mobiliários	4.191	907	(2.732)	2.366
Outros	12	89	(48)	53
Instrumentos Financeiros	-			-
	<b>17.200</b>	<b>4.295</b>	<b>(6.155)</b>	<b>15.340</b>
<b>Débitos tributários</b>				
<b>IRPJ e CSLL diferido sobre:</b>				
Ajuste a mercado de instrumentos financeiros	-			-
	-	-	-	-
<b>Total dos tributos diferidos</b>	<b>17.200</b>	<b>4.295</b>	<b>(6.155)</b>	<b>15.340</b>

**c. Estimativas de realização**

Com base nas informações e análises mencionadas, e nas principais considerações e premissas descritas no estudo de realização, o valor presente desse crédito, utilizando a taxa CDI de 30 de junho de 2024 de 0,84% a.m., é de R\$ 11.501 (2023 – R\$ 11.806), assegura adequadamente o registro contábil e sua realização estimada no primeiro ano de R\$ 4.631, no segundo ao quinto ano no valor de R\$ 5.294 e para os demais anos, de R\$ 1.576. Não existem saldos de Crédito Tributário não ativados no período.

**17 Contingências**

O Banco é parte em ações judiciais tributárias, trabalhistas e cíveis, decorrentes do curso normal das operações.

As contingências cíveis estão constituídas por processos movidos contra o Banco referente às operações de créditos inadimplentes e, também, ações movidas por terceiros, pleiteando revisões contratuais dos créditos ou por danos morais. Atualmente, existem ações movidas contra o Banco sendo avaliadas pelos advogados como probabilidade de perda provável cujo risco mensurado está provisionado na rubrica “Outras obrigações” no montante de R\$ 66 (2023 – R\$310). A instituição tem expectativas de desembolso dessas provisões nos próximos doze meses.

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Total
<b>Saldo em 30 de junho de 2023</b>	<b>293</b>	-	-	<b>293</b>
(+) Constituições	17	-	-	17
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>310</b>	-	-	<b>310</b>
(-) Reversões	(244)	-	-	(244)
<b>Saldo em 30 de junho de 2024</b>	<b>66</b>	-	-	<b>66</b>

Conforme avaliação dos assessores legais do Banco, existem causas com probabilidade possível de perda, referente à processos cíveis no total de R\$ 8.426 (2023 – R\$ 9.299) e trabalhistas que montam R\$ 0 (2023 – R\$ 205) e que, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não estão provisionadas. Também conforme a referida avaliação, não há processos tributários avaliados com probabilidade de perda provável e processos tributários avaliados com probabilidade de perda possível.

## 18 Patrimônio líquido

O capital social, subscrito e integralizado e sua composição acionária é a seguinte:

		30 de junho de 2024		31 de dezembro de 2023	
		Quantidade ações	Valor (R\$)	Quantidade ações	Valor (R\$)
Varuna Investimentos Financeiros S/A	100%	223.726.477	224.660	203.930.660	204.864

Conforme Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovado o aumento do capital com a emissão de 19.795.817 novas ações ordinárias, sendo utilizados recursos de reservas como segue: legal – R\$ 1.131, de lucros – R\$ 15.837 (sendo R\$ 7.652 de Reserva especial de lucro e R\$ 8.185 de juros sobre capital próprio adicional proposto), créditos dos acionistas de juros sobre capital próprio – R\$ 2.828 (composto por R\$ 5.654, descontados R\$ 2.076 de imposto de renda retido na fonte e R\$ 750 de remuneração paga à Varuna em 2024).

O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 27 de junho de 2024.

O total do Patrimônio Líquido ao final do semestre é de R\$ 236.252 (2023 – R\$ 221.832), sendo: R\$ 224.661 – Capital social (2023 – R\$ 204.864); R\$ 773 – Reserva legal (2023 – R\$ 1.131) e R\$ 10.819 – Reserva especial de lucros (2023 – R\$ 15.837).

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do semestre, até o limite definido pela legislação societária.

Aos acionistas está assegurado estatutariamente dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada semestre, ajustado de acordo com a legislação. No semestre de 2024, o BRP contabilizou juros sobre capital próprio conforme quadro demonstrativo:

	30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
<b>Juros sobre Capital Próprio no exercício</b>	<b>6.756</b>	<b>13.840</b>
Juros sobre Capital Próprio previsto do no Estatuto	3.864	5.655
IRRF recolhido	-	(2.076)
<b>Juros sobre Capital Próprio - mínimo obrigatório</b>	<b>3.864</b>	<b>3.579</b>
<b>Juros sobre Capital Próprio - Adicionais Propostos</b>	<b>2.893</b>	<b>8.185</b>

## 19 Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade

O BRP tem como modelo corporativo a tomada de decisão de forma colegiada, onde o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva exercem papel primordial nas atribuições e supervisão dos controles de risco e capital. Na estrutura de gerenciamento, o Diretor de Risco é responsável pela implementação e adequação dos níveis aceitáveis de risco, bem como da aderência às políticas, processos, sistemas, relatórios e modelos de gerenciamento de riscos. Os riscos inerentes às atividades operacionais são disseminados aos colaboradores e todos são responsáveis na mitigação deles.

### a. Risco de crédito

As contrapartes do Banco são submetidas a um rigoroso processo de análise de crédito, cujo foco principal é a avaliação da capacidade de pagamento, tomando-se por base simulações do fluxo de caixa, alavancagem e cronograma da dívida, qualidade dos ativos, cobertura de juros e capital de giro. Aspectos de natureza

qualitativa, tais como orientação estratégica, setor de negócios, áreas de especialização, eficiência, ambiente regulatório e participação no mercado, são sistematicamente avaliados e complementam o processo de análise de crédito. Os limites de crédito das contrapartes do Banco são analisados e aprovados pelo Comitê de crédito a cada nova operação, sendo a análise de crédito, de vital importância dentro da estrutura do BRP, pois é nessa etapa que ocorre a análise de documentos cadastrais, contábeis e gerenciais onde se pode:

- Conhecer o negócio, estrutura patrimonial e financeira, composição societária, setor de atuação, entre outras informações a respeito dos proponentes;
- Identificar e apontar os pontos de risco inerentes ao negócio do proponente e/ou setor de atuação, a fim de que haja maior segurança na tomada de decisão de Crédito
- Avaliar a capacidade de pagamento do proponente frente aos recursos financeiros já contraídos e a novas concessões
- Identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998.

**b. Risco de mercado**

A análise de risco de mercado é feita com base nos diversos fatores de mercado que podem afetar as posições do Banco, entre os quais se destacam: taxa de juros, preços de inflação, variação cambial e outros. Na gestão do risco de mercado, as operações são classificadas em Negociação e Não Negociação.

Nas operações classificadas como Negociação o BRP utiliza a metodologia “*value-at-risk*” para mensurar o risco. Essa metodologia é baseada em técnicas de simulação histórica e análise dos cenários. Nas operações classificadas como Não Negociação o BRP adota o modelo IRRBB (Instrumentos classificados na carteira bancária) -  $\Delta$  NII, que consiste em calcular a margem financeira do portfólio, levando-se em consideração a receita de juros dos ativos e as despesas de juros dos passivos, para o período de um ano. Este modelo aprimora a análise de sensibilidade da taxa de juros sobre a carteira de ativos e passivos.

Cabe a área de Risco gerenciar o risco de mercado da instituição, em cumprimento ao que determina a Resolução nº 4.557/17 do CMN, estabelecer os limites de exposição e tipos de ativos levando-se em conta fatores como a volatilidade do mercado, cenários previstos, oportunidades de lucro, riscos potenciais e as necessidades de financiamento do BRP, definir os prazos dos horizontes de maturação das exposições da carteira de negociação e da aderência a metodologia adotada pela carteira bancária.

**c. Risco de liquidez**

O Banco gerencia o risco de liquidez concentrando sua carteira em ativos de alta qualidade e com alta capacidade de solvência. O Banco mantém uma forte estrutura de capital e um baixo grau de alavancagem. Os eventuais descasamentos entre ativos e passivos são monitorados, considerando o impacto de condições extremas de mercado, a fim de avaliar a sua capacidade de realizar ativos ou reduzir alavancagem.

**d. Risco operacional**

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco operacional do Banco. Com a estrutura definida, visando ao estabelecido na Resolução nº 4.557/17 do CMN, foram implementados a política institucional, os processos, os procedimentos e os sistemas necessários para que a gerência identifique, avalie, monitore e controle os riscos associados ao Banco.

**e. Risco Socioambiental**

A área de Riscos é responsável pela atividade de gerenciamento do risco socioambiental com especificações

dispostas na Resolução CMN nº 4.945/21. Os riscos socioambientais são identificados como um dos componentes das diversas modalidades de risco a que a instituição está exposta. Compete a área a identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle do risco socioambiental de todas as suas atividades e operações dos clientes, analisando a implementação da governança dos clientes no que se refere à gestão de políticas ambientais e sociais sob ótica de danos relacionados a poluição, à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

Além gestão de risco socioambiental, o BRP tem como responsabilidade implementar as melhores práticas que promovam o bem-estar do seu público interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

#### **f. Gerenciamento de capital**

Visando atendimento à Resolução nº 4.557/17 do CMN, o Banco Ribeirão Preto S.A. tem adotado uma política de gerenciamento de capital que constitui um conjunto de princípios e procedimentos e instrumentos que asseguram a adequação de capital do Banco de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos pela instituição, de acordo com natureza e complexidade dos produtos e serviços oferecidos a seus clientes.

##### **• Limites Operacionais**

###### Índice de Basileia

Em 23 de fevereiro de 2017, o Banco Central do Brasil divulgou a Resolução CMN nº 4.557/2017, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

O BRP possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR). As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo BRP. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de consumo de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para os usuários internos e para os comitês estratégicos, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do BRP.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWAs).

A metodologia de apuração do capital regulamentar, continua a ser estabelecida nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar, e o escopo utilizado para verificação dos limites operacionais.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021, o requerimento mínimo de Patrimônio de Referência corresponde a 8%, que somado a 2% no período de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022, e 2,5% a partir de 1º de abril de 2022 de Adicional de Conservação de Capital, totaliza a exigência de PR em 10,5%. A apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021, como demonstrado a seguir:



		30 de junho de 2024	31 de dezembro de 2023
	Patrimônio de Referência (PR)	236.251	221.831
	Patrimônio de Referência Nível I	236.251	221.831
	Capital Principal (CP)	236.251	221.831
<b>Ativos Ponderados pelo Risco</b>	Ativos Ponderados por Risco - RWA	1.500.841	1.305.430
	RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD	1.077.395	1.025.898
	RWA para Risco de Mercado - RWAMPAD	326.032	177.451
	RWA para Risco Operacional por Abordagem Padronizada - RWAOPAD	97.415	102.081
	IRRBB	3.398	50.339
	RWA + IRRBB	1.504.240	1.355.769
<b>Requerimentos do Capital</b>	Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	67.538	58.744
<b>Margem sobre os Requerimentos de Capital</b>	Margem sobre o Capital Principal Requerido	168.714	163.086
	Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido	168.714	163.086
	Índice de Capital Principal (CP/RWA)	15,7%	16,4%

A ponderação de risco de crédito (RWACPAD) já contempla as mudanças estabelecidas pela Resolução BCB nº 229/22, que estabelece os procedimentos para cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo de requerimento de capital, mediante abordagem padronizada.

## 20 Transações com partes relacionadas

Partes relacionadas ao Banco são seus acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da diretoria e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, consolidada pelo CMN através da Resolução nº 4.818/20.

As transações foram realizadas dentro das características normais do mercado financeiro e dos respectivos produtos, sendo remuneradas levando em consideração o índice do CDI, taxas prefixadas ou indexadas a índices de inflação, e apresentam os seguintes saldos e operações em 30 de junho:

Classificação	Descrição	30 de junho de 2024		31 de dezembro de 2023
		Saldo	Rendimentos pagos no semestre	Saldo
<b>Pessoal chave da administração</b>				
Pessoa Física				
	Depósitos	1.773	64.204	2.305
	Recursos de aceites e emissão de títulos - LCI/LCA	30.567	1.609.135	27.431
		<b>32.340</b>	<b>1.673.340</b>	<b>29.736</b>
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	50.263	2.038.994	27.387
		<b>50.263</b>	<b>2.038.994</b>	<b>27.387</b>
<b>Controlada</b>				
Pessoa Jurídica				
	Depósitos	2.049	-	-
		<b>2.049</b>	-	-

### a. Remuneração da diretoria

As despesas no exercício com remuneração dos diretores são compostas, basicamente, de salários e encargos, participação nos lucros e gratificações, e são registradas junto as despesas dessas naturezas dos demais colaboradores, na rubrica “Despesas de pessoal” e “Participação nos resultados” na demonstração do resultado do ano.

## 21 Outras despesas e receitas operacionais

	Semestres findos em 30 de junho de	
	2024	2023
<b>Receitas de prestação de serviços</b>		
Comissão de estruturação / reestruturação	1.074	898
Tarifas bancárias	688	479
	<b>1.761</b>	<b>1.377</b>
<b>Despesas de pessoal</b>	(6.644)	(6.280)
	<b>(6.644)</b>	<b>(6.280)</b>
<b>Outras despesas administrativas</b>		
Tecnologia da informação	(2.345)	(2.131)
Serviços Prestados	(2.797)	(1.080)
Legais / Jurídicas	(871)	(921)
Despesas com Ativos não financeiros mantidos para venda	(476)	(768)
Instalação / Ocupação	(488)	(428)
Depreciações	(228)	(260)
Auditoria externa	(211)	(182)
Doações, Publicações e Eventos	(167)	(132)
Outras	(481)	(498)
	<b>(8.062)</b>	<b>(6.401)</b>
<b>Despesas tributárias</b>	(1.799)	(1.685)
	<b>(1.799)</b>	<b>(1.685)</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	5	5
	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Resultado de participação em controlada</b>	996	(74)
	<b>996</b>	<b>(74)</b>
<b>Total</b>	<b>(13.743)</b>	<b>(13.059)</b>

## 22 Outras informações

- (i) Foi auferido na rubrica de “Resultado não operacional” da Demonstração do Resultado do Exercício, o valor de R\$ 1.231 (2023 –R\$1.534), sendo R\$ 1.419 (2023 – R\$ 1.255) referente à valorização das ações da Nuclea S/A (Nota 11), -R\$ 157 (2023 –R\$244) referente aos resultados auferidos nas vendas de ativos não financeiros (Nota 10) e -R\$ 31 (2023 – R\$34) referente a outras rendas não operacionais.
- (ii) Durante o semestre, foram provisionadas participações no resultado no montante de R\$ 1.400 (2023 – R\$ 1.298) baseado nas métricas definidas pela instituição.
- (iii) No Balanço Patrimonial a rubrica de “Créditos a receber”, no montante R\$ 18.970 (2023 – R\$ 17.543) referem-se, substancialmente, à dois contratos de permuta financeira com empreendedoras, dos quais foram recebidos R\$ 137 no semestre, referente ao valor líquido das vendas efetivamente realizadas das unidades, conforme fluxo acordado no contrato.

## 23 Resultados não recorrentes

Não houve resultados não recorrentes no período.

**24**    **Eventos subsequentes**

A administração não teve conhecimento de eventos subsequentes até a divulgação dessas demonstrações financeiras.

\* \* \*